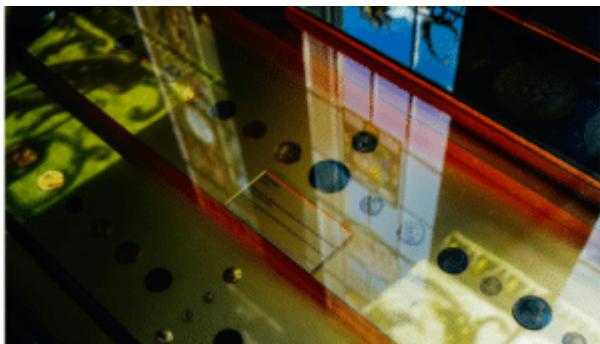


Transição monetária



Por FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA*

A próxima fronteira da soberania não será demarcada por fronteiras físicas, mas pelo controle do código que emite, rastreia e dita o valor do dinheiro digital

1.

É fundamental compreender a gênese da economia monetária como uma construção social e não como uma simples consequência “natural” do comércio. A história do dinheiro é mais complexa se comparada à narrativa clássica de “evolução do escambo”, e envolve dimensões políticas, sociais e simbólicas. Elas antecedem e estruturaram o próprio mercado.

Diante o debate público atual de vivermos uma transição monetária para a moeda digital, vou decompor didaticamente as fases da história da moeda. Permitirá compreender as lógicas distintas da evolução monetária.

A visão tradicional divulgou o mito do escambo. A narrativa difundida pelos economistas clássicos (de Aristóteles a Adam Smith) descrevia: em sociedades primitivas, haveria trocas diretas (escambo), por exemplo, uma cabra por dez sacos de grãos. As dificuldades dessa troca (coincidência de necessidades, indivisibilidade dos bens etc.) levariam à escolha de um bem comum, aceito por todos — a moeda como unidade-de-conta e meio de pagamento.

O problema separado por essa narrativa mítica é a Antropologia moderna mostrar não haver registros históricos ou etnográficos de sociedades baseadas em escambo generalizado. O escambo só aparece entre comunidades diferentes. Dentro de cada comunidade, as relações eram baseadas em obrigações sociais, dádivas e redistribuição.

Na realidade, o dinheiro, quando a moeda se torna também reserva de valor, tem origens sociais e políticas. Não nasce do mercado, mas de relações de poder, dívida e autoridade.

Antes do ouro e da prata, o chamado de “moeda” podia ser como exemplos: contas em templos e palácios (Mesopotâmia, cerca de 3000 a.C.); registros de crédito e débito em tabuletas de argila; medidas de grão, cevada ou prata como unidade de conta padronizada pelo Estado.

O Estado - ou a autoridade central - determinava o padrão de valor, exigindo o pagamento de tributos nessa unidade. Assim, o dinheiro nasce como instrumento de dívida, registro e poder fiscal, não como simples meio de troca.

Na Mesopotâmia, por exemplo, o *shekel* era simultaneamente: unidade de peso de cevada; unidade monetária de conta; unidade de dívida e imposto.

A primeira cunhagem metálica conhecida vem da Lídia (atual Turquia), cerca de 650 a.C., em eletro, uma liga natural de

a terra é redonda

ouro e prata. Espalha-se rapidamente pelo império persa, pelas cidades gregas e pelo império romano.

Suas funções principais era pagar soldados (“soldo” tem origem no latim *solidus* referente à moeda sólida romana de ouro) e mercenários; arrecadar impostos; padronizar o comércio de longa distância. As moedas metálicas não surgem do comércio espontâneo, mas sim de uma necessidade fiscal e militar dos Estados.

2.

O ouro e a prata foram adotados como reservas de valor porque tinham alta densidade de valor: muito em pouco volume. Eram duráveis e divisíveis. Eram relativamente escassos. Eram reconhecidos em várias culturas.

Mas não foi o metal a matéria capaz de dar valor à moeda, mas sim a autoridade emissora — o selo do rei, do imperador ou do Estado. A cunhagem servia para garantir o peso e a pureza, mas o valor facial era estabelecido por decreto: *nomisma* em grego se refere a costume. No latim, tornou-se *numisma* (moeda).

Na Antiguidade, já havia moedas fiduciárias (“de confiança”), sem valor intrínseco correspondente, mas impostas por poder. Roma, no século III d.C., depreciava o denário para baratear o financiamento de guerras.

China já usava moedas de cobre de baixo valor e notas de papel, desde a dinastia Tang, no século VII d.C., e oficialmente com os Song, no século XI. Foi pioneira na invenção do papel-moeda estatal, garantido por tributos e depósitos metálicos.

O padrão-ouro surgiu muito mais tarde. As primeiras tentativas de imposição ocorreram a partir da Inglaterra em 1821. A generalização se dá no início do século XX e seu colapso após a Grande Depressão seguida da II Guerra Mundial.

Antes dele, as moedas tinham valor nominal imposto pelo soberano. *Chartalismo*, segundo Georg Friedrich Knapp (1905), veio do termo *chart*, originado na palavra latina *charta*, com significado de “papel”, “documento” ou “registro”.

Circulavam moedas mistas, metálicas e fiduciárias. Os sistemas de contas bancárias e letras de câmbio surgiram e se desenvolveram a partir de práticas comerciais antigas, com raízes na Idade Média e inovações no Renascimento. Na Itália, em Gênova (1406), foi criado o primeiro banco: *Casa di San Giorgio*.

Tipologia Histórica Resumida das Formas De Dinheiro

Época / Civilização	Forma de dinheiro	Base de valor	Função principal
Mesopotâmia (3000 a.C.)	Contas em cevada e prata	Unidade de conta e dívida	Fiscal e religiosa
Egito, Pérsia, Babilônia	Pesos de metal e grãos	Medidas fixadas pelo Estado	Tributária e comercial

a terra é redonda

Época / Civilização	Forma de dinheiro	Base de valor	Função principal
Grécia, Roma (600 a.C.–400 d.C.)	Moedas metálicas cunhadas	Autoridade do Estado	Militar, fiscal e comercial
China (séc. VII–XIII)	Moeda de cobre e papel-moeda	Decretos imperiais	Fiscal e doméstica
Europa medieval	Moedas diversas e letras de câmbio	Misto (metal e crédito)	Comércio internacional
Séculos XVII–XIX	Notas bancárias e crédito estatal	Ouro (padrão metálico)	Consolidação dos bancos centrais
Século XX em diante	Moeda fiduciária e escritural	Confiança no Estado e sistema financeiro	Nacional e global
Século XXI	Moedas digitais e criptomoedas	Código algorítmico e confiança social	Financeirização digital

3.

Dessa breve narrativa da história monetária se deduz o dinheiro ser uma instituição social e política anterior ao mercado, sustentada por autoridade estatal (poder de impor tributos), confiança coletiva (aceitação como meio de pagamento) e capacidade simbólica (medida abstrata do valor). Por tudo isso, a moeda tornou-se também uma reserva de valor, ou seja, riqueza líquida.

Não nasceu do comércio, mas tornou o comércio possível. O ouro foi apenas uma das suas encarnações – útil historicamente, mas contingente: vai-e-volta.

a terra é redonda

Em síntese histórica, vivemos a transição do dinheiro estatal impresso para o dinheiro informacional programável – uma mutação da forma monetária e das soberanias nacionais. Desse modo, ainda não se estabilizou.

Essa passagem vai do papel ao código: o dinheiro deixa de ser um signo físico, garantido pelo Estado, para tornar-se um registro digital, administrado por redes tecnológicas – públicas (como o Pix ou as CBDCs) ou privadas (como criptomoedas e *stablecoins*). Os EUA são reincidentes nessa tentativa...

Há várias etapas em curso. Primeira, do papel-moeda para moeda escritural digital: pagamentos eletrônicos e instantâneos (Pix, cartões, apps bancários), quando a soberania ainda é nacional. Depois, os CBDCs (Moedas Digitais de Bancos Centrais) representam a tentativa dos Estados de reconquistar controle e rastreabilidade sobre o circuito digital.

O Banco Central do Brasil desistiu do DREX, o Real Digital, cuja sigla vem de D de Digital, R de Real, E de Eletrônico e X de Transação toma-lá-dá-cá. Mas o RMB Digital da China continua como um modelo de monetização estatal de dados e internacionalização controlada. A história monetária continua. Quem viver, verá...

Os *stablecoins* e criptoativos ocidentais constituem uma tentativa de financeirização privada do espaço monetário global. Encontra-se sob pressão, para impor a hegemonia digital americana, reconfigurada sob o Imperador Donald.

Em termos estruturais, estamos passando de um regime de moeda fiduciária nacional, baseada em confiança política, para um regime de moeda algorítmica global, baseada em confiança tecnológica e poder de plataforma.

O resultado ainda é incerto: a disputa central do século XXI é quem controlará a emissão, a rastreabilidade e o valor do dinheiro digital. A dúvida é se serão os Estados, os bancos, ou as corporações tecnológicas, travestidas como principais súditos do Imperador Donald, um bilionário aliado aos seus interesses particulares.

***Fernando Nogueira da Costa** é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de *Brasil dos bancos* (EDUSP). [<https://amzn.to/4dvKtBb>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA